Oficio nº 373/GP/2017

Juara-MT, 06 de junho de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador João Batista Rissotti Presidente da Câmara Municipal Juara - MT

Assunto: Encaminhando Projeto de Lei Municipal.

Senhor Presidente.

Através deste, encaminho a Vossa Excelência, Projeto de Lei Municipal nº 023/2017 - Autoriza o Poder Executivo Municipal de Juara - Mato Grosso a fazer Concessão de Direito Real de Uso de um terreno urbano de propriedade do município, para a entidade religiosa e da outras providências, para apreciação e posterior aprovação.

Atenciosamente,

Luciane Borba Azoia Bezerra

Prefeita do Município

Câmara Municipal de Juara - MT

PROTOCOLO GERAL 675 Data: 12/06/2017 Horário: 10:36 Legislativo -

Rua Niterói, 81-N, Centro - Fone: (66) 3556.9400 - CX Postal 001 - CEP:78575-000 - Juara-MT 1 Site: www.juara.mt.gov.br - E-mail: planejamento@juara.mt.gov.br - Ouvidoria: (66) 3556.9404

Justificativa

Tenho a honra de encaminhar à apreciação desta Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência o incluso Projeto de Lei Municipal nº 023/2017— Autoriza o Poder Executivo Municipal de Juara - Mato Grosso a fazer Concessão de Direito Real de Uso de um terreno urbano de propriedade do município para entidade religiosa e da outras providências.

O Poder Público Municipal é consciente do caráter laico dos entes federados brasileiros, razão pela qual a proposta de concessão do terreno, objeto do presente projeto de lei não se fundamenta em questões de cunho religioso, e sim, pela compreensão do Executivo Municipal de que os trabalhos de ação social realizados pelas entidades religiosas são de fundamental importância para a população.

Considerando que a entidade religiosa a ser implantada no imóvel realizará intervenção social que proporcionará desenvolvimento à população juarense.

Remeto à apreciação desta Augusta Casa de Leis e seus nobres Pares, o Projeto de Lei Municipal nº 023/2017 para que, após as deliberações previstas no Regimento Interno, procedam a sua votação e aprovação.

Juara-MT, 06 de junho de 2017.

Luciane Borba Azoia Bezerra

Prefeita do Município



Projeto de Lei Municipal nº 023, de 06 de junho de 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Juara - Mato Grosso a fazer concessão de Direito Real de Uso de um terreno urbano de propriedade do município para entidade religiosa e da outras providências.

A Câmara aprova.

- Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fazer Concessão de Direito Real de Uso, através de Processo Licitatório, nos termos do artigo 65-J da Lei Orgânica Municipal, de área 3.210 m², matricula 3.754, localizado no loteamento denominado Jardim América, de propriedade do Município de Juara, para implantação de entidade religiosa sem fins lucrativos.
- Art. 2º O uso concedido destina-se à implantação de uma entidade religiosa, sendo que quaisquer construções dependem de prévia aprovação e licenciamento da autoridade municipal competente.
- §1º O imóvel cedido servirá de casa pastoral e templo religioso, devendo o mesmo ser mantido limpo e em perfeito estado de conservação.
- § 2º A construção referida no caput deste artigo, deverá ser concluída no prazo de 1 (um) ano após o vencimento da licitação.
- § 3º O não cumprimento do disposto no Parágrafo anterior, o bem retornará ao domínio municipal.
- § 4º Caso a mudança de atividade da entidade importe em descaracterização de atividade, a presente concessão ficará condicionada a nova autorização do Poder Legislativo.
- Art. 3º São condições imprescindíveis para a presente concessão a utilização do imóvel exclusivamente para desenvolver atividades autorizadas nesta Lei.
- Art. 4º A concessão de uso será outorgada pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Parágrafo único. A presente concessão poderá ser prorrogada, por igual período, desde que obtida à autorização expressa do Poder Legislativo.

- Art. 5º A presente concessão somente será implantada mediante assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, no qual, além dos dispositivos supra, deverão constar as seguintes cláusulas:
 - I Início e término da concessão;
 - II Permissão de prorrogação da concessão;
 - III Os casos de resolução da concessão e rescisão do contrato;
- IV obrigação da entidade de manter e conservar o imóvel em permanentes condições de uso;
 - V rescisão do contrato, sem direito a qualquer indenização pelas



ESTADO DE MATO GROSSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

construções e benfeitorias, se a entidade der destinação diversa ao imóvel, ficar inativa, vier a dissolver-se ou descumprir as obrigações contratuais;

- VI arcar com todas as despesas decorrentes da construção, de acordo com o projeto básico aprovado, se for o caso;
- VII requerer, se for o caso, a autorização ambiental, bem como o pagamento das taxas relativas à licença ambiental para a exploração da área concedida;
- VIII responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da instalação, uso, manutenção, água, luz e telefone, bem como os tributos municipais, estaduais e federais incidentes na área concedida;
- IX responsabilizar-se por todas as formas de contratação, direta e indireta, de pessoa física ou jurídica, inclusive os encargos sociais, trabalhistas e tributários, ficando o Município eximido de qualquer responsabilidade;
- X manter o imóvel na mais perfeita segurança, trazendo o bem em boas condições de higiene e limpeza e em perfeito estado de conservação;
- XI entregar o bem ao Poder Público, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão incorporadas, desde logo, ao patrimônio público, nos casos decididos em processo administrativo;
- XII empenhar-se, mesmo em caso de força maior ou caso fortuito, pela salvação do bem objeto da concessão;
- XIII não transferir, locar, ceder ou emprestar o objeto da Concessão sob qualquer pretexto, sem autorização expressa do Município;
- XIV não alterar, por qualquer forma, o fim a que se destina a presente concessão;
- XVI não utilizar o imóvel para o desenvolvimento de atividade comercial ou qualquer atividade ilícita;
- § 1º O decurso do tempo, por si só, ou a demora na repressão à infração não importa em anuência ou assentimento pelo Município ao ato praticado pelo concessionário.
- § 2º As responsabilidades, inclusive perante terceiros, civil, administrativa e ambiental do concessionário iniciar-se-ão com a assinatura do contrato de concessão.
- § 3º As construções levantadas na área concedida através desta Lei, pelo concessionário ou por alguém por ele autorizado, observado o art. 6º desta lei, integrarão a mesma e com ela deverão ser revertidas ao Município, sem qualquer ônus, ao final da concessão.
- § 4º Os bens móveis, utensílios e equipamentos adquiridos pelo concessionário ou por alguém por ele autorizado, e empregados na área objeto desta concessão de direito real de uso resolúvel, pertencerão ao mesmo, e serão retirados por este ao fim do período da concessão.
- § 5º Outros encargos poderão ser estabelecidos no contrato de Concessão do Direito Real de Uso.
- Art. 6º O concessionário para toda e qualquer edificação, construção, instalação de equipamento, benfeitorias, ou ampliação da área já construída, deverá obter prévia aprovação do projeto pelo Poder Executivo, quando exigido em



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

lei municipal.

Art. 7º Fica reservado ao Município, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração de qualquer dispositivo nesta Lei ou de cláusulas do Termo firmado, bem como por conveniência administrativa, sem que assista ao Cessionário qualquer direito a indenização ou retenção, sendo que as benfeitorias incorporar-se-ão ao patrimônio do Cedente, bastando para tanto a notificação administrativa com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência, independentemente de notificação judicial.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

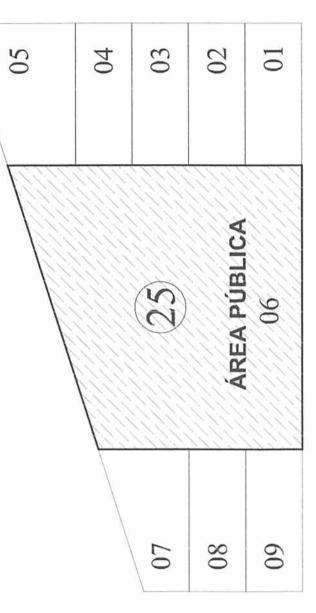
Juara-MT, 06 de junho de 2017

Luciane Borba Azoia Bezerra Prefeita do Município





ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Juara Secretaria Municipal de Cidade



RUA PERU

COSTA RIC

20	16	15	14	13	12	05
(24)	17					04
	18			40		03

CROQUI DA QUADRA 25 DO LOTEAMENTO JARDIM AMÉRICA - JUARA / MT

CROQUI DA QUADRA 25 DO SEM ESCALA

oteamento:	JARDIM AMÉRICA Quadra: 25
LOTE	Frente 13 m, para Rua Colômbia , ao SE
n.o 01	Fundos 13 m, para Lote nº 06 , ao NW
AREA	Lateral dir. 30 m, para Rua Peru , ao SW
390 m²	Lateral esp. 30 m, para Lote nº 02 , ao NE
	in, para note na oz , ao NE
LOTE	Frente 13 m, para Rua Colômbia ao SE
n.o_02	Fundos 13 m. para Lote nº 06 , ao NW
AREA	Lateral dir. 30 m, para Lote nº Ol . ao SW
390 m²	Lateral esq. 30 m. para Lote nº 03 , ao NE
	,
LOTE	Frente 13 m, para Rua Colômbia , ao SE
n.o 03	Fundos 13 m. para Lote nº 06 , ao NW
AREA	Lateral dir 30 m. para Lote nº 02 , ao SW
390 m²	Lateral esq. 30 m. para Lote nº 04 , ao NE
LOTE	Frente 13 m. para Rua Colômbia , ao SE
n.o 04	Fundos 13 m, para Lote nº 06 , ao NW
AREA	Lateral dir. 30 m, para Lote nº 03 , ao SW
390 m²	Lateral esq 30 m, para Lote nº 05 , ao NE
LOTE	Frente 19 m, para Rua Colômbia , ao SE
n.o 05	Fundos 10 m, para Lote nº 06 , ao NW
AREA	Lateral dir. 30 m. para Lote nº 04 , ao SW
435 m²	Gleba Taquaral Lateral esq. 31 m, parLote rural 133 da ao NE
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
LOTE	Frente 60 m, para Rua Peru ; ao SW
n.o_06	Gleba Taquaral Fundos 63 m, parkote rural 133 da ao NE
AREA	Lateral dir. 45 m, parhotes 07, 08 e 09 ao NW
3.210 m²	Lateral esq. 62 m, paraLotes 01, 02, 03, ao SE
LOTE	
LOTE	Frente 12 m, paraRua Costa Rica . oa NW
n.o 07	Fundos 21 m, para Lote nº 06 , ao SE Lateral dia 73 Gleba Taquaral
AREA	Lateral dir. 31 m, parhote rural 133 da ao NE
495m²	Lateral esq. 30 m, para Lote nº 08 , ao SW
RESP. TÉCNICO E	Eng [®] Civil Roberto Rizental Gomes Asimelure
CONTRACTOR AND CHEST PARTIES.	Reglatro 6229-D (REA FR - Visto 2677 (REA MT